



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

03/02/2026 - 1ª - Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de fevereiro de 2026.

Comunico aos Senadores e às Senadoras que foram apresentados à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal os seguintes documentos: Aviso nº 1.217, do Tribunal de Contas da União; Ofício 1.814, de 2026, do Banco Central do Brasil; Ofício nº 9.913, do Cade; Carta Pastoral da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Moção de Repúdio nº 1/2025, da Câmara de Vereadores de São José do Itaperiú, Santa Catarina; Ofício 098, de 2025, da Ucavi (União de Câmaras e Vereadores do Alto do Itajaí), Santa Catarina.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à abertura dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e demais comunicações das Senadoras e dos Senadores.

Srs. Senadores, na vida pública, dado o volume estonteante de informações, todos os dias, nunca é excessivo recordar: esta Comissão, conectada com as demandas da sociedade, não tem faltado à nação. Foi assim com a aprovação instantânea da Lei da Reciprocidade, quando o Brasil foi ameaçado pelas bravatas tarifárias protecionistas; foi assim na inauguração dos debates sobre minerais estratégicos e críticos; e foi assim quando desengavetamos, a fórceps, o Imposto de Renda zero para quem ganha até R\$5 mil, que, como todos sabem, começou a vigorar agora em janeiro de 2026. O que é que acontecia na prática? Quando qualquer cidadão ia a qualquer lugar e comprava qualquer produto, o cidadão, o assalariado, o pobre, aquele que ganhava menos de R\$5 mil pagava a mesma carga de impostos que o rico pagava, mas, quando chegavam ao Imposto de Renda, as pessoas que ganhavam até R\$5 mil pagavam 27,5% e os ricos pagavam muito pouco ou quase nada. Foi isso que efetivamente mudou com o destacado papel desta Comissão, porque esta matéria estava na Câmara dos Deputados, há meses, nove meses, e servindo de pretexto para que assuntos alheios à sociedade brasileira fossem colocados na pauta daquela Casa do Congresso Nacional.

Em 2025, graças ao espírito público dos integrantes da CAE, fizemos 42 reuniões, 12 audiências públicas e deliberamos 66 matérias. As agendas de interesse da sociedade foram priorizadas e as pautas de grupos ou *lobbies* foram abandonadas. Muitas deliberações, aquelas sintonizadas com o país, foram aprovadas em questão de dias e algumas por unanimidade, em tempo de extrema polarização. Por isso, mais uma vez, na reabertura dos nossos trabalhos, agora em 2026, elogio e agradeço o empenho de todos os Senadores das mais variadas correntes ideológicas.

Agora, mais uma vez, a nação está indignada com a maior fraude bancária do Brasil. E, além de legislar, debater, sabatinar autoridades, é dever desta Comissão vasculhar esse pântano do Banco Master e todas as suas ramificações, doa a quem doer. O modelo da vigarice está escancarado: um banco tentou espetar no poder público títulos podres, fictícios, como salvação de um esquema de pirâmide que fracassou, como todas as pirâmides da história.

O Master expandiu seus negócios entre 2019 e 2024 com base em um modelo de emissão de certificados de depósito bancário, acenando com lucros mirabolantes. A trapaça foi calçada, como todos sabem, pelo FGC. Tudo começou a ruir quando o Master começou a ter problemas para captar recursos com os quais ele deveria pagar os juros dos CDBs que emitia. Tentando reverter a insolvência, passou a vender supostos ativos a partir de novembro de 2024. Um deles, um título podre de R\$6,7 bilhões, fictício, passaria para um banco público - o BRB, de Brasília - com apenas R\$4 milhões em caixa. Foi tardiamente liquidado em novembro passado.

E hoje a *Folha de S.Paulo* demonstra que, no dia da liquidação, o Master só dispunha de 0,9% do capital exigido naquela oportunidade. Daí a pergunta: por que demorou tanto essa liquidação? É uma das perguntas cujas respostas nós vamos ter que obter aqui nesta Comissão. Como o Banco Master enganou tantas pessoas? Como o ouro de tolo dos CDBs não levantou suspeita dos órgãos reguladores? As relações pessoais, a exploração de brechas no sistema financeiro, a vista grossa de autoridades e a cegueira: tudo indica que foi deliberado e explica parte do êxito do banco trapaceiro.

O Banco Master capitaneou uma fraude estimada até aqui em mais de R\$50 bilhões. Além dos aportes que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal fazem no FGC, o prejuízo ao poder público pode ser bem maior. Há investimentos feitos por fundos de previdência vinculados a governos estaduais e municipais em títulos emitidos pelo Master.

Os recursos dos fundos de pensão não são, como todos sabem, cobertos pelo FGC, e o prejuízo será bancado pelas instituições e pelos governos municipais e estaduais responsáveis. Uma pirâmide como essa só prosperou a partir daquilo que uma vez chamei de "sonolência lisérgica" dos órgãos de fiscalização. Com investigações incipientes, está claro que o maior ativo controlador do Master - eu já disse isso, queria repetir - não era o CDB bancário, mas os CDBs que eram certificados de defesa e blindagem.

As relações do banqueiro são públicas e há vínculos em todos os segmentos, desaconselhando, desde já, a tentativa de politização. Vigarista, não distingo ideologia, quer fraudar independentemente da coloração ideológica.

Todos que se relacionam com ele, pessoal ou contratualmente, tiveram condutas criminosas? Essa é outra pergunta que somos obrigados a fazer aqui nesta Comissão.

Tem-se que investigar e apontar quem cometeu crimes e quem não cometeu crimes. Politizar ou prejudicar, acreditem, não será o nosso foco. O simples anúncio da Comissão do Master, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, acelerou CPIs - eu mesmo fiz questão de assinar as CPIs -, iluminou o assunto e ajudou a inibir uma incipiente "operação abafa".

Temos um plano de trabalho detalhado, que será apresentado amanhã. É evidente que esta Comissão não depende do aval de ninguém para destrinchar a fraude - de ninguém.

Não é que nós queiramos investigar o sistema financeiro, o Banco Master, o Banco Central. Nada disso. Nós somos obrigados, porque é competência exclusiva desta Comissão, e, evidentemente, todos nós precisamos fazer a nossa parte.

Vamos requisitar, com base na Lei 105, de 2001, todos os documentos sobre o escândalo, inclusive os sigilosos. Isso inclui inquéritos da Polícia Federal, processos e sindicâncias no Banco Central, CVM, Tribunal de Contas e todos os outros necessários. No que depender de mim, eu vou a fundo no esclarecimento, na elucidação dessa trapaça bilionária.

Há três dias o Banco Central do Brasil abriu um procedimento de investigação do Master. Eu vou incluir aqui também essa investigação para que nós possamos requisitar todas as informações, e, inclusive, saber por que só há três dias o Banco Central abriu esse procedimento.

Em sucessivas operações, a Polícia Federal vem comprovando o uso frequente do sistema financeiro pelo crime. Cito as Operações Colossus, Aluir, Carbono Oculto e esta Compliance Zero.

Em setembro de 2022, por exemplo, a Polícia Federal deflagrou a Operação Colossus. O alvo era um esquema gigantesco de evasão de divisas e lavagem de dinheiro que movimentou R\$61 bilhões. Os criminosos usavam empresas de fachada para enviar dinheiro ao exterior, fingindo que compravam criptomoedas. Na prática, lavavam dinheiro para organizações criminosas, como o PCC.

Cinco bancos - cinco bancos - apareceram naquela investigação: Master, Genial, Travelex, Haitong e Santander. As instituições não tomaram os cuidados mínimos sobre esta obrigação, não tomaram os cuidados mínimos obrigatórios que deveriam tomar, em respeito às suas atribuições, para verificar, pelo menos, se as operações eram legais ou ilegais.

Todos recordam que, encerrando os trabalhos de 2025, nós convidamos aqui a esta Comissão o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o Diretor de Fiscalização, para tratar das chamadas "contas-ônibus" nas *fintechs* e nos grandes bancos e também sobre o anômalo acordo de leniência entre a atual Diretoria do Banco Central e as ilegalidades cambiais cometidas pela diretoria anterior, quando estavam diretores do Banco Central no Banco Santander. Lamentavelmente, as explicações foram, aqui na Comissão, insuficientes, e as evasivas, decepcionantes. O próprio Presidente Galípolo ficou

de mandar as informações do acordo de leniência, e nunca mandou - nunca mandou. Eu vou, nesta oportunidade, cobrar, e, quando nós o convocarmos novamente, aí ele vai ter que trazer.

Eu fiz questão de dizer, na oportunidade... Porque a Câmara dos Deputados, através de um bloco político significativo, estava tentando alterar a lei do Banco Central, para possibilitar que Presidente do Banco Central pudesse ser demitido pelo Congresso Nacional. Isso era público! Eles tentaram votar a urgência, para permitir que a Câmara dos Deputados exonerasse o Presidente do Banco Central. Isso era chantagem, para que o BRB comprasse o Banco Master e o Banco Central autorizasse a aquisição. Isso feito à luz do dia - à luz do dia.

Eu estou, há muito tempo, aqui neste Congresso Nacional. Eu cheguei a Brasília eleito na eleição de 1982 - em 1982. Eu exerci dois mandatos de Deputado Federal, e este é meu quinto mandato de Senador aqui no Senado Federal. Eu nunca vi isto: a Câmara dos Deputados alterar uma lei para o Congresso demitir o Presidente do Banco Central, porque o Presidente do Banco Central não estava autorizando o Banco de Brasília a comprar o Master.

Todo mundo sabe quem apresentou o projeto, quem defendeu, quem deu entrevista - todo mundo sabe. É evidente que essa fraude prosperou porque ela teve apoio político em todos os seus momentos, sem exceção - sem exceção.

O dono de um banco que tem 0,5% do mercado financeiro foi levado três vezes ao Presidente da República - três vezes! Nos encontros com o Presidente da República, estavam lá o Ministro da Fazenda, o Chefe do Gabinete Civil, o Líder do Governo no Senado Federal. Quer dizer... Será que todas as pessoas do sistema financeiro com essa participação seriam recebidas dessa forma pelo Presidente da República?

Quem levou o Vorcaro e o Augusto para o Presidente da República? Quem levou? Foi tratar o que com o Presidente da República?

Essas perguntas vão ter que ser respondidas aqui nesta Comissão - vão ter que ser respondidas. Não é uma CPI. É obrigação nossa cuidar da fiscalização do sistema financeiro.

Então, pessoal, eu marquei esta reunião exatamente - agradeço desde já a presença de todos - para que nós possamos conversar um pouco sobre essa Subcomissão, que é como, na verdade, estabelece o Regimento do Senado Federal e que vai se instalar a partir de amanhã, para nós correremos contra o tempo, porque este ano é um ano eleitoral, todos nós temos que cuidar das nossas candidaturas nos estados e precisamos avançar.

Como no sistema financeiro é tudo documentado, digitalizado, essa investigação, essa fiscalização já está feita. Basta apenas que o Banco Central e que o Tribunal de Contas da União abram as informações que eles tornaram sigilosas.

O Ministro Dias Toffoli já tirou o sigilo dos depoimentos. Eu gravei um vídeo recentemente e fiz um apelo para que ele tirasse, quebrasse o sigilo de toda a investigação, porque, a luz do dia, me lembrou há pouco o Presidente Mourão, é o melhor detergente, é a presença da sociedade. É a sociedade que tem que acompanhar isso!

Portanto, é um direito desta Comissão, mas é importante que a sociedade saiba o que aconteceu - o que aconteceu! E saiba, sobretudo, quem é que andava com esses banqueiros aqui, de gabinete em gabinete, levando, pedindo o quê?

Eu repito: isso aconteceu porque teve apoio político, político! E só foi adiante essa fraude, essa pirâmide, porque teve apoio político. E nós precisamos saber, seja quem for; mas nós precisamos saber como isso aconteceu.

E vamos, na conclusão dos trabalhos da Comissão do Master, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, votar várias alterações na legislação, para que o Banco Central possa, mais diretamente, fazer a fiscalização desses fundos, dessas aplicações.

Isso aconteceu também por isso, porque eles dominaram a CVM. Eles chegaram a tirar um ex-Presidente da CVM, para colocar no lugar um novo Presidente, para que fizesse mais, muito mais do que o Presidente anterior. Então, isso tudo precisa ser acompanhado por nós, pelo Senado Federal.

O Ministro Toffoli transferiu o sigilo da investigação para o Presidente do Senado Federal. Eu nunca vi isso na minha vida. Nesses 200 anos de Senado, nunca houve isso. O segredo de uma fraude, de um assalto ao FGC, de uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - Em investigação. Em investigação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Em investigação, você transfere o sigilo para o Presidente do Senado.

Independentemente dos nomes - eu tenho com todos o melhor relacionamento -, mas não é possível que essas coisas aconteçam no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - É possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - É possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - E ainda não vimos tudo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - E ainda, certamente, não vimos tudo.

Então, pessoal, esse é o propósito desta Comissão. Eu vou me dedicar a isso.

Essa composição da Comissão é uma composição que ainda será ampliada. Eu até anunciei que a nossa pretensão era colocar mais quatro nomes para suprir brechas e para colocar também pessoas que queiram nos ajudar a investigar o escândalo do Banco Master no Brasil.

Concedo a palavra... Senadora Damares, com a palavra V. Exa..

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) - Presidente, eu quero cumprimentar os colegas. Estava morrendo de saudades dos colegas.

Mas, Presidente, já ouvi uma crítica de que a abertura dos trabalhos dessa Comissão ou Subcomissão estaria sendo um ato oportunista de nossa parte, mas eu queria corrigir isso da seguinte forma: o senhor esteve atento a tudo isso desde o início.

Em abril de 2025, eu, Leila, Izalci e Confúcio - que também assinou - apresentamos um requerimento, para a gente começar a investigar aqui, por meio de uma audiência pública, a relação entre o Banco Master e o BRB. O senhor não só acatou o nosso pedido como o senhor pautou o nosso requerimento e o senhor nos ajudou a aprová-lo. Então, desde abril de 2025 que esta Comissão está acompanhando toda essa trama, toda essa coisa ridícula que aconteceu no país.

No primeiro momento, a gente não fez audiência, porque o Banco Central estaria dando uma decisão, então nós aguardamos a decisão do Banco Central. Quando a decisão do Banco Central veio - para que o BRB não comprasse o Master -, aqui nós faríamos audiência com a sua aprovação, com o seu apoio. Isso aqui não é uma coisa oportunista, nós estamos, desde abril, nesta Comissão, acompanhando. Nós não fizemos audiência, porque estourou a Operação Compliance e o senhor, de forma inteligente, não ia querer atrapalhar uma investigação da Polícia Federal. Então, nós estamos desde abril acompanhando. Mas, na sequência, o senhor trouxe o Presidente do Banco Central aqui, perguntas foram feitas, e não saímos satisfeitos com as respostas, por isso a gente vai continuar em busca.

Mas, entendo, Presidente, que eu não esperava nada diferente do senhor. O foro certo para a discussão de tudo o que está acontecendo é esta Comissão. Mesmo que a gente tenha uma CPMI ou uma CPI, ela é transitória e passageira, ela é provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - São complementares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Exato. Esta Comissão aqui é permanente. E não é só investigar, é o que o senhor acabou de dizer: toda e qualquer modificação legislativa que a gente tenha que fazer, porque nós vamos encontrar furo na legislação... Parte de toda essa confusão é porque a legislação deu brechas. Nós vamos ter que fechar todas as brechas. Então, todas as modificações legislativas precisam nascer nesta Comissão, tramitar nesta Comissão e ser discutidas nesta Comissão e aprovadas nesta Comissão.

Então, Presidente, é mais que necessária essa Subcomissão. O senhor acerta e todos nós, os membros e também os não-membros da Subcomissão... Eu acho que toda a Comissão vai estar envolvida nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Sem dúvida.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Quero cumprimentá-lo. Eu estou ansiosa para os trabalhos começarem. Se tem alguém que está ansioso para o trabalho começar, são os três Senadores do DF, porque, se tem uma unidade da Federação que foi frontalmente atacada, afetada, prejudicada com toda essa confusão do Banco Master...

E eu fico tentando imaginar que poder de convencimento aquele homem tinha de envolver personagens, autoridades dos três Poderes. O senhor citou o Executivo e o Legislativo, mas nós não podemos nos esquecer do Judiciário. Ele conseguiu envolver tantas pessoas, tantas autoridades, que eu fico imaginando que poder de convencimento aquele homem tinha. Nós precisamos entender a mágica das palavras do Vercaro para causar o problema que ele causou no sistema financeiro do país.

Então, se tem pessoas interessadas em esclarecer tudo isso, essas pessoas estão nesta Comissão. Parabéns! Conte com o meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - ... com a minha disposição, 24 horas. Se tem uma contribuição que esta Comissão vai dar para o Brasil, vai ser o resultado dessa Subcomissão.

Parabéns pela iniciativa, e vamos começar já o trabalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Vamos, sim.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) - Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de criar esse grupo de trabalho. Isso é muito importante. Quero, inclusive, pedir aqui para que eu possa integrar esse grupo, porque eu tenho todo o interesse, por ser de Brasília, em acompanhar essa fraude que teve com o BRB e o Banco Master.

Agora, o que está acontecendo neste país é surreal. O que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal... E a gente precisa descobrir tudo isso.

Nós fomos surpreendidos, inclusive aqui na CPMI do INSS, com um contrato de R\$129 milhões entre a esposa do Ministro Alexandre de Moraes e o Banco Master. Ninguém faz um contrato de R\$3,6 milhões por mês de consultoria sem dizer exatamente para quê. E tem muitas coincidências, porque, se a gente for lá no 8 de janeiro, a gente vai perceber que todos foram condenados. Nós temos inclusive os comandantes da PM sendo já todos aqui condenados a 14, 17 anos. E, de repente, o Governador Ibaneis sai do processo do 8 de janeiro, por uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes. E, coincidentemente - porque é muita coincidência -, o Ministro Alexandre de Moraes esteve com o Vorcaro, que chamou o Presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, naquele momento. O Governador disse que entrou mudo e saiu calado, mas, na prática, ele participou disso e fez várias declarações com esse interesse. Então, esse é um ponto que a gente precisa resolver.

A questão também do sigilo - coisa absurda que V. Exa. comentou -, que estava na CPMI do INSS e que foi direcionada para o Presidente do Senado, é uma coisa que não dá para entender.

Eu vi o Ministro Toffoli dar uma decisão de que a Polícia Federal não poderia fazer a investigação; e, depois, mudou de ideia e indicou os peritos. Eu vi o depoimento da senhora delegada, que não tinha o mínimo preparo, que não tinha o mínimo conhecimento, ela mesma disse isso, confessou isso. E, na investigação, o juiz auxiliar do Ministro estava assistindo e determinando que se lessem novamente as perguntas feitas pelo Ministro Toffoli.

V. Exa. disse aí que o Ministro liberou o sigilo dos depoimentos? Liberou de fato. Agora, liberou porque não perguntaram o que tinham que perguntar. Eu queria ver, se ele tivesse perguntado sobre o *resort*, sobre a questão do contrato, se ele liberaria realmente o sigilo.

Então, o desafio é muito grande. Eu sei que a CPMI será instalada, porque tem quatro CPIs já com as assinaturas, inclusive CPMI - a tendência é que seja CPMI, a gente ainda vai estudar.

Mas a Senadora Damares falou muito bem, é competência desta Comissão... aliás, é obrigação desta Comissão fiscalizar, acompanhar e legislar. E eu pedi já à Consultoria para elaborar um projeto da questão do sigilo. Nós não podemos continuar admitindo que tudo agora seja sigiloso - cem anos, cinquenta anos, cem anos, não dá! Todo mundo, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, tudo agora é sigiloso. Então, a gente precisa também rever essa questão, para que a gente possa realmente dar para a população a maior transparência possível. Esse é o nosso papel aqui.

Então, parabenizo V. Exa. e o cumprimento pela iniciativa de criação do grupo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Eu concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. NELSON TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Eu queria me inscrever, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Eu só concordo em dar prioridade para a Senadora Leila se ela tiver se inscrito, porque eu acho que a bancada do Distrito Federal tem, não é prioridade, emergente prioridade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) - Obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Você está inscrita?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) - Estou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Então... V. Exa. concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - É claro.

Com a palavra a Senadora Leila.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - Sinal de sensatez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Sempre. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) - Quero cumprimentar todos os colegas aqui, de forma especial o Senador Esperidião e o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Renan. Agradeço por nos dar a possibilidade de participarmos desse grupo de trabalho, que, como a Senadora Damares já falou, é um braço a mais nessa ação dentro do Congresso Nacional para acompanhar as investigações.

Sr. Presidente, está claro que nós estamos diante do maior escândalo financeiro do nosso país. Essas ligações entre os Poderes e esse banqueiro, o Daniel Vorcaro, são relações realmente escandalosas. E no centro de todo esse turbilhão está o Distrito Federal, está o BRB. E, é claro, nós da bancada do Distrito Federal agradecemos ao senhor e a todos os membros aqui da CAE por entenderem a importância de estarmos participando desse processo.

Está muito claro o envolvimento do Governador. Ele citou o Governador Ibaneis, o Governador aqui do Distrito Federal, até porque o Governo do Distrito Federal é o maior acionista do banco BRB. E quem conhece o Governador fica até pasmo de ele dizer que entrou numa reunião mudo e saiu calado, ainda mais na profissão que ele exerce: antes de ser Governador, foi advogado. A gente sabe muito bem, com todo respeito aos advogados, que seria impossível, tratando-se da venda de um banco, de um dos maiores patrimônios da cidade, um Governador entrar numa reunião mudo e sair calado.

Então, Presidente, nós precisamos realmente acompanhar essa investigação, nós precisamos punir os culpados. E, acima de tudo, nós estamos falando de algo que entristece muito aqui cada cidadã e cidadão do Distrito Federal. Nós estamos falando do BRB, que era um dos poucos bancos estaduais que estavam ainda sob comando de um governo. Nós estamos na iminência ou da sua liquidação ou da sua federalização, e isso não vai ocorrer, porque o rombo até agora, até o momento, é de R\$5 bilhões, pelo menos é o que foi sinalizado - começou com R\$2,6 bilhões, agora está em R\$5 bilhões -, quer dizer, parece que vai ser um buraco sem fundo, o que nos preocupa muito, porque nós estamos numa eleição. Penso no próximo Governador, no pepino que ele vai ter que encarar com as contas do Distrito Federal absolutamente no buraco. E, assim, o Governador querendo trazer soluções: vamos vender terras do Distrito Federal, vamos... Quer dizer, ele não mexe no bolso dele; ele traz a solução através do bolso do contribuinte, do patrimônio do Distrito Federal. E é, de fato, um Governador... Nós vimos, em outras situações, Governadores serem afastados por coisas menores. E aqui a gente vê o Governador do Distrito Federal simplesmente dizendo que ele não fez parte do problema, mas será a solução, fará parte da solução.

E eu deixo claro aqui - e certamente os meus colegas da bancada estarão juntos comigo - que parte dessa solução é o afastamento do Governador para que essa investigação tenha transparência, enfim, e nenhuma influência política. Porque, como nós falamos, para além da questão eleitoral, nós somos representantes do povo do Distrito Federal, legitimamente eleitos, e nós temos, sim, que averiguar; independentemente do ano que seja, porque foi a Justiça que deflagrou isso, nós precisamos dar, de fato, cara, nome e punição àqueles que fizeram toda essa situação no sistema financeiro do país e, acima de tudo, essa situação do Banco Regional de Brasília, do Governo e do patrimônio de Brasília nessa ação, Sr. Presidente. Então, quero agradecer a possibilidade de estarmos juntos e agradecer aos companheiros, aos colegas aqui da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Senador Nelsinho Trad, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Presidente, eu quero voltar a ser inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Claro, está inscrito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) - Eu estou no extremo de cá; o Esperidião Amin, no extremo de lá.

Presidente, é apenas para parabenizar a iniciativa de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Obrigado, Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) - Assim como V. Exa., eu sou também Presidente de uma Comissão que vai ter muito trabalho este ano no acompanhamento da tramitação e da execução do acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia. Quero convidar os pares para que, amanhã, estejam às

10h... Nós vamos fazer uma reunião - a primeira - da Comissão de Relações Exteriores, na qual nós também vamos montar uma Subcomissão para poder acompanhar todos esses desdobramentos.

Existe uma narrativa de que, a partir do momento em que o Congresso brasileiro aprovar, já pode passar a valer unilateralmente a execução daquilo que foi tabulado; mas digo a V. Exa. que, ouvindo todas essas questões, ainda mais saindo do juízo de um Parlamentar que já tem décadas de mandato, a gente tem que realmente considerar.

E eu quero fazer parte - não sei como que vai ser para poder fazer parte - dessa Subcomissão. Eu sugiro a V. Exa. que, além de quatro titulares, possa colocar quatro suplentes, porque, às vezes, um não consegue ir, e o outro supre. Foi o que a gente fez na Comissão que foi para os Estados Unidos, e funcionou bem a contento.

É apenas para parabenizar e dar o meu apoio a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Estamos juntos. Faremos isso. Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Por repescagem, mas uma repescagem muito nobre.

Eu acho que, realmente, a bancada do Distrito Federal tem uma prioridade emergencial, porque, ainda que Brasília não tenha as esquinas que Maceió tem, que Florianópolis tem...

Aliás, Florianópolis tem porque é filial, não é? (*Risos.*) A cidade do Floriano, a cidade de um alagoano.

Mas a gente encontra pessoas, e quem exerce o mandato é interpelado por isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) - O tempo todo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - É lógico. Então, eles têm a prioridade da emergência. A sua decisão foi sábia, fruto da experiência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... porque, mesmo que haja uma CPMI, ela vai acabar. Então, já fica aqui predeterminado - e deve ser oficiado e deve ser aprovado por todos nós - que qualquer outra investigação que haja terá que vir para cá. Qualquer outra investigação, em vez de ser guardada no STF, por outras razões, vai ficar aqui para ninguém perder ou para não haver um incêndio ou alguma perda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... da prova. Então, quero, em primeiro lugar, elogiar. Segundo, eu vou oferecer para a Secretaria da Comissão uma peça humorística inglesa de 2009 que eu apresentava para os meus alunos de empreendimentos e modelos de negociação. São dois humoristas ingleses que comentam, primeiro, o espírito das finanças e dos financistas - é sátira - e, depois, com aquele humor britânico: "E esse *subprime*? O que é isso? O que está acontecendo nos Estados Unidos?". Vocês se lembram do *subprime*?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - E a descrição - tem até um certo ranço britânico *versus* Estados Unidos - do que está acontecendo lá. Aí ele dá o exemplo de um desempregado que recebe um corretor. Ele diz: "Esta casa sua que está caindo você quer hipotecar?". "Quero. Quanto é que vocês dão?" "Nós damos US\$200 mil." "Está topado." É claro que ele não vai pagar, mas vai resolver a vida dele por algum tempo. E ele explica, então, que essa operação, junto com tantas outras similares... Foi isto o *subprime*, uma porção de hipotecas frias, sem garantia, com o patrimônio deletado, que o sujeito não vai pagar mesmo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) - É no boca a boca.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Aí, ele oferece esse fundo estruturado de poupança pública - quer dizer, sempre tem que ter um nome bonito - e liga para Tóquio: "Você quer comprar?". "O que tem dentro?" "Não sei." "Quanto você quer?" "US\$100 milhões." "Está comprado." Isso é a roda da fortuna dos fundos, que sempre foi compromisso da CVM.

Um fundo desses tem cártulas do Besc - o Besc não existe mais. O valor patrimonial inicial é de R\$800 milhões. Zero, é zero. Isso girou, e agora está valendo 1,5 bilhão. E, aí, você coloca o seu dinheiro nesse fundo para participar do lucro, e, no final, só você vai pagar, porque o resto não existe. E a peça humorística termina com o seguinte: "Mas isso não foi burrice?". E diz-se: "Não, foi ingenuidade". Ingenuidade... (*Risos.*) *Ingenuity.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - É, é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Então, o Governo vai ter que pagar isso, não é? Sim, o Governo tem que pagar isso. E se o Governo não pagar? Essa é a frase final dessa peça que eu... O seu fundo de pensão vai pagar. Deu para entender?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Deu, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - É o mesmo mecanismo, o mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - É, é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... 18 anos depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Dezoito anos depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O *subprime* foi a grande, digamos, derrota do Governo Bush, e uma das razões da vitória de Obama foi o estado da poupança pública.

E, complementando, na biografia do Barack Obama, *Uma terra prometida*, ele descreve o que ele queria fazer: ele queria demolir esse negócio, mas tinha sempre a voz da prudência, "Não, você não pode quebrar o sistema".

Então, é um drama, isso é um drama que vai repercutir por muitos anos, porque o Governo não tem como cobrir isso e não são os únicos fundos sem fundo.

Então, é uma atividade desta Comissão, sim, que foi, talvez, oportunizada por essa desgraça - a desgraça não é conhecida ainda na sua extensão -, e nós temos a obrigação de complementar os esforços das instituições responsáveis. Nós vamos descobrir.

(*Soa a campanha.*)

Eu quis tocar nisso aqui porque o dever de aprimorar a legislação é do Parlamento, não é do Ministério Público. O Ministério Público pode até propor, mas o direito e o dever originários para fazer face a isso é legislativo. E, realmente, nós não temos motivo para nos orgulhar de avaliações feitas pela CVM sobre o valor real dos fundos. O valor real dos fundos, pelo que se conhece, é uma roda, modelo pirâmide. Eu compro um jogador de futebol por 240 milhões - nada a ver com o que aconteceu recentemente. Por que vale 240 milhões? Porque fulano e beltrano disseram, porque mais outros cinco disseram, e os outros cinco são meus também; o seja, eu consigo inflacionar, passa a ser um valor. Não estou dizendo que aconteceu isso, mas esse é o mecanismo. E, no final, ou o Governo vai cobrir ou o teu fundo de pensão, e, no caso, são 18, os conhecidos, fundos de pensão, sem falar em, digamos, investimentos de bancos, mas que, por sua vez, também não são recursos próprios, afinal é uma gestão de dinheiro dos outros.

Então, foi oportuna, eu repito. Acho que temos muito trabalho para fazer e, o mais importante, temos memória para acumular e transformar em propostas eficazes para prevenir e combater.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Eu quero comunicar que hoje, às 16h, eu vou estar com o Presidente do Tribunal de Contas da União. Nós recebemos informações que um setor do Tribunal de Contas da União estava sendo chantageado, e, por conta disso, o Tribunal de Contas da União abriu vários procedimentos investigatórios, tentando liquidar a liquidação. E, depois, o Tribunal de Contas da União tornou os procedimentos que ele abriu sigilosos!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Sendo que a Constituição estabelece que a regra é a transparência. O sigilo tem que ser auditado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Se alguma coisa é tornada sigilosa é porque tem maracutaia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Então, isso é inacreditável!

Eu estou falando do Tribunal de Contas da União porque, como todos sabem, o Senado tem representação naquela corte - o Senado tem representação. Eu estou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O Tribunal de Contas da União, na origem, é um órgão auxiliar do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Mas nós temos também Senadores que o integram, representando o Senado - representando o Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) - A começar pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - Então são essas respostas que esta Comissão vai trabalhar para obtê-las, porque, lamentavelmente, como tudo isso aconteceu? Como evoluiu, como se resguardou, como se delongou a liquidação?

Naquele momento em que a Câmara, através de seus dirigentes, estava tentando votar uma alteração na lei do Banco Central independente para que a Câmara exonerasse o Presidente do Banco Central, quem o procurou para levar essa chantagem? O Presidente, naquela oportunidade, conversou com quem? Porque ele próprio participou da campanha para que a Câmara não aprovasse a alteração na lei do Banco Central independente. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Isso é uma inspiração do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) - É inacreditável - é inacreditável! Eu confesso que eu comecei a ver essas informações durante o mês de janeiro e eu não acreditava no que estava lendo - eu não acreditava no que estava lendo, lamentavelmente.

Então, pessoal, amanhã, às 10h, a instalação do grupo. O grupo será o mais abrangente possível, e eu vou fazer tudo, absolutamente tudo, para que ele guarde nos seus titulares e nos seus suplentes a proporcionalidade partidária.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)